

A escrita de enfrentamento de mulheres indígenas: sentidos de resistência

Paula Daniele Pavan e Renata Adriana de Souza

Paula Daniele Pavan

Universidade Federal do Pampa – São Borja, RS, Brasil

E-mail: paulapavan@unipampa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2891-638X>

Renata Adriana de Souza

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Guarapuava, PR, Brasil

E-mail: rasouza@unicentro.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7987-852X>

Resumo: Este texto, sustentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista (AD), analisa a escrita de mulheres indígenas do coletivo Mulherio das Letras Indígenas a partir de recortes de publicações de sua página no Instagram. Dividida em duas seções principais, que versam sobre as noções de escrita, escritura e autoria, e, após, sobre Literatura, LiteraTERRA e Lituraterra, a abordagem demonstra que as materialidades significantes produzidas pelo coletivo instauram um lugar de resistência através do texto literário, configurando-se como uma escrita de enfrentamento na qual as mulheres-autoras-indígenas afirmam a existência dos povos indígenas, denunciam violências e linearizam saberes ancestrais historicamente silenciados.

Palavras-chave: Escrita; mulheres indígenas; resistência; literatura.

Indigenous women's writing of resistance: meanings of resistance

Abstract: This text, based on the theoretical and methodological assumptions of Materialist Discourse Analysis (MDA), analyzes the writing of Indigenous women from the Mulherio das Letras Indígenas collective through excerpts from posts published on its Instagram page. Divided into two main sections, which address the notions of writing, *écriture*, and authorship, and subsequently *Literatura*, *LiteraTERRA*, and *Lituraterra*, the study demonstrates that the signifying materialities produced by the collective establish a site of resistance through literary texts, configuring themselves as a writing of resistance in which Indigenous women authors affirm the existence of Indigenous peoples, denounce violence, and bring historically silenced ancestral knowledge into discourse.

Keywords: Writing; Indigenous women; resistance; literature.

La escritura de resistencia de las mujeres indígenas: significados de resistencia

Resumen: Este texto, basado en los supuestos teóricos y metodológicos del Análisis del Discurso materialista (AD), analiza la escritura de las mujeres indígenas del colectivo Mulherio das Letras Indígenas, a partir de fragmentos de publicaciones en su página de Instagram. Dividido en dos secciones principales, que abordan las nociones de escritura, *autoría* y, posteriormente, *Literatura*, *LiteraTERRA* y *Lituraterra*, el enfoque demuestra que las materialidades significantes producidas por el colectivo establecen un espacio de resistencia a través del texto literario, configurándose como una escritura de resistencia en la que las mujeres-autoras-indígenas afirman la existencia de los pueblos indígenas, denuncian la violencia y linealizan conocimientos ancestrales históricamente silenciados.

Palabras clave: Escritura; mujeres indígenas; resistencia; literatura.

Introdução

A escrita de mulheres indígenas em nosso país é um lugar de luta que materializa posicionamentos contrários às condições de produção dominantes, inscrevendo nesses posicionamentos a marca da contradição de classe, gênero e etnia que os constitui. Sabemos que é uma literatura submetida às relações de desigualdade-subordinação existentes, no entanto, “não há dominação sem resistência”, “é preciso ‘ousar se revoltar’”, “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, “é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (Pêcheux, 2009a, p. 281).

Esses enunciados estão na última página do texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, inserido na edição de 1988 de “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (1975) – um dos livros mais importantes da Análise do Discurso materialista (AD) articulada pelo filósofo Michel Pêcheux, visto que apresenta a elaboração e reelaboração de conceitos essenciais da teoria, como os de sujeito, sentido, ideologia e formação discursiva – demarcam o modo como a AD concebe as relações de dominação e subordinação entre sujeitos e os posicionamentos que assumem, os quais podem resistir e romper com os discursos dominantes. Tais enunciados foram eleitos para iniciar este texto porque dão o tom à nossa escrita, na medida em que, parafraseando-os, podemos dizer que ninguém pode escrever do lugar de quem quer que seja, que é preciso ousar pensar, se revoltar, resistir e escrever o que quer que seja, suportando a força do dizer. Sobretudo, quando se trata da escrita de grupos sociais historicamente violentados, como é a escrita indígena e, ainda mais, a escrita de mulheres indígenas.

Sobre esse histórico de violência, Ailton Krenak (2020) discute como a colonização branca, europeia, sustentou sentidos relacionados a uma forma correta de existir que era compartilhada por uma humanidade esclarecida, sendo que essa forma precisava ir ao encontro de uma outra humanidade, escurecida, para levar seus habitantes para a luz, tendo em vista considerar um jeito certo de habitar a Terra, sustentado por uma concepção de verdade. Tais posicionamentos homogeneizantes foram legitimados por muitas agências e instituições ao longo da chamada modernidade e se tornaram concepções dominantes. No entanto, as comunidades indígenas não aceitaram o discurso colonizador, sua forma de significá-los e a imposição de uma história única. Apesar do genocídio cometido e de o mundo que essas comunidades conheciam ter chegado ao fim no período de colonização, os povos originários resistiram; atualmente, são mais de 305 etnias, com línguas e culturas diferentes.

Diante dessa conjuntura, a universidade e o social em transformação precisam ouvir esses saberes insurgentes que possibilitam sobreviver e encontrar outras formas de ser e estar no mundo. Este é, pois, o objetivo deste texto, dar voz e escuta a mulheres-autoras-indígenas a partir do coletivo Mulherio das Letras Indígenas, mais precisamente, através da análise de publicações feitas em sua página na mídia social Instagram.

O coletivo é uma organização não governamental que surgiu com o objetivo de dar voz a artistas mulheres indígenas de todo o Brasil, buscando descolonizar e aldear as múltiplas linguagens do Brasil de hoje. Em entrevista à ONU Mulheres, Eva Potiguara, uma das idealizadoras, expôs que a prioridade

do coletivo é a escrita das mulheres, tendo em vista vivermos em uma sociedade machista e misógina que exclui o sujeito mulher indígena da escrita:

o coletivo nasceu da preocupação de escritoras pela invisibilidade e também negligência com a produção das mulheres indígenas de um modo geral. Sabemos que há leis que orientam a prioridade da literatura indígena nas escolas, mas fica no papel. Há uma questão racista: é como se indígena não escrevesse. Então, mulher indígena não escreve (ONU, 2022, s./p.).

Nesse sentido, vamos analisar a escrita de mulheres indígenas como prática discursiva e lugar de resistência que desestabiliza sentidos sobre saberes, autoria e literatura. As publicações do coletivo Mulherio das Letras Indígenas, ao circularem em uma mídia social como o Instagram, inscrevem o dizer indígena no espaço público, afirmando outros modos de existência. Considerando a relação entre discurso e resistência, este trabalho busca compreender como essas mulheres-autoras produzem sentidos que desestabilizam a história oficial e instauram outras possibilidades de dizer, de narrar e de existir.

Escrita, escritura e autoria

Para a produção de nosso gesto analítico, sustentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso materialista (AD), mobilizamos os conceitos de escrita, escritura e de autoria, que envolvem um modo de existência, de circulação e de funcionamento de discursos no meio social, ou seja, envolvem uma historicidade específica.

Na AD, podemos dizer que escrever significa inscrever, pois é gesto profundo, intimamente atrelado ao posicionamento do sujeito no mundo, “suas” vivências, crenças, ideias, ideais e ilusões. Ao escrever um texto, o sujeito inscreve-se em regiões de saberes, filia-se a redes anteriores e exteriores a si e ao aqui e agora.

É nesse sentido que Indursky (2009, p. 119) afirma que o texto possui “uma dupla face”, em que a escrita diz respeito à organização do texto e à sua superfície linguística, ou seja, remete àquilo que se vê, ao modo como o texto está estruturado e aos enunciados mobilizados para dizer o que se quer; já a escritura refere-se à “textualização da exterioridade no interior do texto”, o que dá materialidade ao texto, envolvendo processos discursivos profundos em que trabalham um complexo de saberes anteriores, sentidos já-lá, já-ditos, que retornam no dizer do sujeito em função do posicionamento assumido na enunciação.

Esses saberes anteriores e exteriores são costurados pelo sujeito ao ocupar o lugar de autoria nos textos. Isso na medida em que o sujeito, ao ocupar a função-autor (Foucault, 1992; Gallo, 2001), compromete-se em arranjar adequadamente os dizeres para que aquilo que diz faça, de alguma forma, sentido. Assim, a autoria pode ser entendida como aquilo que dá sustância ao texto, garantindo-lhe (efeitos de) início, meio e fim, uma provisória estruturação. Com isso, há a produção da impressão de que tudo foi dito como deveria e que pode/deve/convém responder social, histórica e juridicamente ao que foi dito como foi.

Então, analisar a função-autor em alguns escritos de mulheres indígenas que fazem parte do coletivo significa considerar corpos, vidas, espíritos e territórios. Ou seja, analisar a escritura e a autoria não é simplesmente olhar para a superfície do dizer, mas olhar para o que sustenta, para o que foi e para o que não foi historicamente dito. Isso na medida em que a escrita dessas mulheres é uma escrita significada a partir dos processos de colonização e neocolonização (Potiguara, 2018), que versam sobre a atuação exploratória de diversos segmentos, políticas locais coniventes e a omissão governamental.

Isso significa que a escrita das mulheres indígenas no coletivo possui um posicionamento ideológico antagônico aos saberes e práticas coloniais estabelecidos, e encontra-se inscrita em uma formação discursiva. A noção de formação discursiva em Pêcheux (2009b, p. 147) corresponde a um domínio de saber, constituído por enunciados discursivos relacionados à ideologia vigente que regula “o que pode e deve ser dito”. Em outras palavras, as formações discursivas representam na linguagem as posições ideológicas que lhes são correspondentes, sendo a ideologia o princípio organizador da formação discursiva. De acordo com Indursky (2011, p. 82), “é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica”. Diante desse fato, a escrita de autoria das mulheres indígenas se insere em formação discursiva constituída por saberes que valorizam a ancestralidade e a cosmovisão dos povos originários.

Como podemos observar nos seguintes recortes, tomados como sequências discursivas (SDs), das primeiras publicações do coletivo no Instagram:

Imagem 1: Publicação do coletivo sobre quem são



SD1 – “A nossa escrita vai além das narrativas de nossos ancestrais, somos frutos de suas sementes e escribas plurais e singulares por dignidade, justiça e descolonização.”

Fonte: Mulherio das Letras Indígenas (05 abr. 2022).

Imagem 2: Publicação do coletivo sobre sua luta



SD2 – “Ocupamos todas as linguagens para reafirmar que vidas indígenas importam, parem de nos matar, letras indígenas não serão mais apagadas.”

Fonte: Mulherio das Letras Indígenas (06 abr. 2022).

Imagem 3: Publicação do coletivo sobre sua escrita.



SD3 – “Marcar território na literatura é também lugar de voz da mulher indígena.”

Fonte: Mulherio das Letras Indígenas (08 abr. 2022).

Para as comunidades indígenas e outros povos originários, a ancestralidade faz parte da essência e da experiência de ser e estar no mundo, é garantia da manutenção da vida e da história de cada povo. A referência à ancestralidade faz ressoar, na escrita indígena, vozes, subjetividades e memórias silenciadas (“somos frutos de suas sementes”), frutos de sujeitos que foram impedidos de se expressar ao longo de mais de quinhentos anos de colonização.

O respeito ao passado, às tradições e aos saberes originários se materializa e significa nos textos; no entanto, a escrita no coletivo “vai além das narrativas dos nossos ancestrais”, tendo em vista que as vozes das mulheres indígenas escritoras unem-se às vozes de outras mulheres indígenas de nosso país contra as formas neocoloniais existentes. Juntas, as vozes ancestrais do passado unem-se às vozes do presente e, em harmonia, essas mulheres se tornam “escribas plurais e singulares por dignidade, justiça e descolonização”.

Através desses recortes, observamos um jogo entre memória (ancestrais/sementes) e atualidade (frutos), em que o passado é reverenciado e transcendido, pois, se os antepassados foram massacrados, silenciados e apagados, a geração atual (na forma do coletivo) luta pela vida (“vidas indígenas importam, parem de nos matar”). Assim, a escrita é significada como uma forma de enfrentamento à realidade vivida (“dignidade, justiça e descolonização”).

A escrita, como lugar de enfrentamento e luta por “dignidade, justiça e descolonização”, resgata uma memória de como mulheres indígenas de diferentes etnias foram subalternizadas e tiveram suas formas de ser e estar no mundo negadas ao longo do processo de colonização. As consequências de mais de quinhentos anos desse processo são físicas, territoriais, estruturais, institucionais, culturais e simbólicas, ou seja, diante das hierarquias estabelecidas, houve o rebaixamento existencial dos povos tidos como “colonizados”. De acordo com Pinheiro (2023, p. 25), “o Brasil deixa de ser colônia de Portugal no início do século XIX, pondo fim ao colonialismo, mas a colonialidade se perpetua até os dias de hoje”.

Em nossa formação social capitalista, há a reprodução de diferentes graus de colonialidade e a escrita de mulheres indígenas marca uma abordagem decolonial, pautada em uma concepção de descolonização¹. Em outras palavras, por meio da escrita, essas mulheres questionam o conhecimento e as relações de poder estabelecidas historicamente pelos não indígenas. Podemos dizer que o conhecimento produzido materializa uma forma de transformação das relações de produção, assumindo um posicionamento contrário ao domínio colonial, hegemônico, eurocêntrico e ocidental, legitimado nos campos político, ideológico e epistemológico.

Uma escrita inconformada acerca do (não) lugar dos povos indígenas, em especial da mulher indígena. E a negação (“letras indígenas não serão mais apagadas”) é uma forte marca linguístico-discursiva dessa luta, pois o “não” joga com os sentidos-outros, que possivelmente circulam em discursos com os quais há uma relação de embate, como o do colonizador, o patriarcal, do capital, inclusive com o discurso literário, que se apresenta na sequência. Ao afirmar que a literatura “é também” lugar que a mulher indígena pode ocupar, ressoam sentidos que (re)velam o apagamento histórico desse lugar, principalmente o da mulher. Dito de outro modo, a história da/na literatura é constituída majoritariamente pelas narrativas do colonizador, e é preciso ousar se revoltar para reescrever essa história.

¹ O conceito de descolonização foi elaborado pelo intelectual e ativista argelino Frantz Omar Fanon (1925-1961).

Nessa outra história, é preciso “Marcar território na literatura”, área também de silenciamento da cultura e saberes indígenas. Falar em território é remontar outras redes de memória, é remeter à violência com que esses povos foram desterritorializados, tendo em vista as invasões em suas áreas, em contextos de colonização e pós-colonização. Essas práticas de violência fizeram com que os povos originários, além da perda dos territórios, se afastassem de suas famílias e tradições. Segundo Potiguara (2018), para as diferentes etnias, um território é constituído por marcas de séculos, de culturas, de tradições, não é apenas espaço físico, é um espaço ético e de dignidade, pois configura lugar no mundo, lugar de força, de luta, de resistência e de constituição de uma nação.

Esses saberes significam e sustentam sentidos na escrita das mulheres do coletivo. “Marcar território na literatura”, nessa formação discursiva, é assumir um posicionamento ético, de respeito às tradições, às vidas, à ancestralidade, à cosmovisão de povos indígenas, em antagonismo às relações de poder estabelecidas. Trata-se de uma escrita de resistência política que exige reconhecimento, defesa dos territórios, dos sujeitos e da terra-floresta.

Diante de tal conjuntura, as autoras indígenas assumem um posicionamento que se refere a diferentes políticas de violência direcionadas a essas comunidades e que atingem, principalmente, as mulheres, grupo mais vulnerável. Há lugares de memória que soam e, por vezes, gritam em suas letras, como o racismo e todas as suas formas de intolerância, violação aos direitos humanos, negação dos direitos constitucionais, silenciamento de saberes ancestrais. Tais formas de violência continuam em funcionamento; por isso, a autoria dessas mulheres indígenas materializa o ponto de encontro de uma memória e uma atualidade, em que corpos foram e são violentados, explorados, dizimados, silenciados de diferentes formas, desterritorializados. Diante desse cenário, as autoras promovem formas de luta e resistência, ao abordar temáticas que remetem a manifestações culturais, à espiritualidade e suas raízes cosmológicas, ao cultivo da ancestralidade e aos símbolos tradicionais da natureza.

Literatura, LiteraTERRA e Lituraterra

Os saberes constitutivos da formação discursiva das mulheres indígenas escritoras se materializam nos textos das coletâneas “A poética de resistência da mulher indígena” e “A poética da mulher indígena”, ambas publicadas no coletivo Mulherio das Letras Indígenas. A nosso ver, esses textos linearizam o que Catitu Tayassu (2019, p. 538) chama de “LiteraTERRA”, significante que marca a aglutinação de palavras de campos de saberes distintos, mas que, no acontecimento da escrita indígena, estão costurados, revelando “uma forma e expressão, uma voz e uma enunciação articuladas com a terra, com o corpo, suas vidas e relações com os demais seres e a própria Natureza”.

É o que observamos no seguinte texto, na medida em que há, em sua materialidade, um trabalho estético com a linguagem que mobiliza elementos da natureza e do cotidiano de luta dos povos indígenas:

Imagem 4: Texto poético do coletivo



Fonte: Potiguara (22 abr. 2023).

Para a análise da SD4, vamos mobilizar alguns conceitos importantes da AD como, por exemplo, o já-dito, que se refere a sentidos já produzidos ao longo da história e alocados (imaginariamente) no interdiscurso, entendido como um “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2009b, p. 148-149). Esses sentidos, por sua vez, retornam no dizer dos sujeitos a partir do modo como são interpelados pela ideologia e passam a ocupar posicionamentos em campos de saberes diversos, isto é, passam a identificar-se com formações discursivas que autorizam sentidos para o sujeito enunciar.

O interdiscurso e a memória discursiva são conceitos que funcionam como já-dito, mas o fazem de modo diverso. Isso ocorre na medida em que, enquanto o interdiscurso comporta todos os sentidos produzidos e aqueles ainda a produzir, a memória não é “uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (Pêcheux, 2007, p. 56), ou seja, a memória discursiva opera fornecendo sentidos provenientes do interdiscurso ao sujeito, a partir da posição que ocupa nas formações discursivas, comportando falhas, lacunas, contradições e esquecimentos.

Diante desse processo, consideramos a escrita, do ponto de vista discursivo, como um gesto associado a um processo profundo, que envolve o já-dito, atrelado ao posicionamento do sujeito, à sua identificação ideológica, ao seu lugar na cultura, no social e no histórico. A escrita é uma das formas de o sujeito existir enquanto tal, de significar a si e o mundo à sua volta. Então, quando voltamos o olhar para o texto em análise, percebemos que as palavras são bem mais que significantes à espera de significados (SD4: “Em palavras há força de existência. Há rezo e amor. Em palavras há benção, cura e dor...”), são signos capazes de fazer existir, de curar e de benzer, isto é, as palavras ganham um sentido-outro, articulado ao posicionamento do sujeito e ao seu modo de ver o mundo.

A jornalista e escritora Eliane Brum (2019, p. 126) discute a importância da palavra para os povos Guarani: “Ñe’ẽ é palavra e é alma, é palavra-alma”. A palavra é significada como o cerne da existência, é uma forma de agir, de fazer as coisas acontecerem: “Para os Guarani Kaiowá, palavra é palavra que age” (Brum, 2019, p. 127). Podemos dizer que, na escrita de mulheres indígenas, as

palavras não apenas nomeiam o mundo; o seu funcionamento é muito maior, e esses sentidos associados à palavra-alma, às diferentes formas de agir e existir, ressoam e produzem sentidos em “A poética de resistência da mulher indígena”.

Por essa ótica, a escrita de enfrentamento se materializa, pois é usada como uma forma de afirmar a existência dos povos indígenas (SD4: “Existimos, estamos aqui, onde o chão toca firme nossos pés”) e o porquê de sua luta e resistência (SD4: “acreditar nas sementes” / “repovoando as terras sagradas” / “reflorestando o útero da nossa mãe-terra”). Além disso, através de recursos estilísticos, a autora significa a terra como uma mulher, como uma mãe, com um útero capaz de gerar vida, como terra-mátria. Eis a relação da mulher indígena com a escrita, uma relação que vem de dentro, de seu âmago.

O texto “A Poética de Resistência da Mulher Indígena” é uma forma de funcionamento da LiteraTERRA; aqui consideramos relevante abordar a constituição e a formulação de sentidos. Orlandi (2003), ao discutir o trabalho “Définition d’Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours” (1984), de Jean-Jacques Courtine, expõe que a constituição de sentidos remete ao interdiscurso e pode ser representada por um eixo vertical, onde teríamos todos os dizeres já-ditos e esquecidos que, em sua totalidade, consistem no dizível. Por sua vez, a formulação refere-se ao eixo horizontal, denominado de intradiscorso, e corresponde ao que é dito em um dado momento, em condições específicas.

Por esse viés, arriscamos associar a LiteraTERRA tanto ao funcionamento vertical dos sentidos, relacionado ao interdiscurso e à memória discursiva, quanto à sua linearização na horizontalidade do dizer. Isso porque LiteraTERRA tem a ver com a vivência (práxis) de quem escreve, do mundo ao seu redor, dos temas que mobiliza, considerando, para tal, a distinção entre escritura e escrita de Indursky (2009). Ou seja, a LiteraTERRA tem a ver com a exterioridade, com o já-lá que sustenta todo e qualquer dizer, com o já-dito acumulado, repetido, retomado e ressignificado ao longo da história dos sentidos; e, assim grifada, estaria também relacionada aos gestos de ler, interpretar e escrever, à escrita propriamente dita, àquilo que se materializa, que é visível. No entanto, não é qualquer escrita, como grita o significante TERRA, que pode ser LiteraTERRA.

LiteraTERRA refere-se, então, a uma cosmovisão particular dos povos originários e à forma como, apesar de serem comunidades diferentes, eles estabelecem uma conexão profunda com a natureza, uma relação de pertencimento e espiritualidade. A indiferenciação entre os seres e a natureza é um posicionamento que se materializa em diferentes produções literárias. Para tanto, entendemos que a escrita teria que marcar uma sintaxe e uma semântica específicas, em que ocorre uma relação outra com as palavras, o corpo, a natureza, a vida e os seres.

Essa relação também pode evocar o que Lacan (2003) nomeou de Lituraterra, neologismo surgido da junção entre litura e terra. O conceito lacaniano tem a ver com o escoamento de sentidos, com o rasgar da superfície linguística (significante/semblante) através da emergência de sentidos (in)esperados possíveis pela escrita: “É pelo mesmo efeito que a escrita [écriture] é, no real, o ravinamento do significado, aquilo que choveu do semblante como aquilo que constitui o significante. A

escrita não decalca este último, mas sim seus efeitos de língua, o que dele se forja por quem a fala” (Lacan, 2003, p. 22)².

Lituraterra é da ordem do significante que, por sua vez, é semblante por excelência. De acordo com Rubião (2022), o semblante nos revela algo da verdade de um sujeito, o seu substrato do ser, e é nesse sentido, ao revelar uma verdade sobre a escrita e a literatura de mulheres indígenas, que LiteraTERRA pode ser considerada como Lituraterra. No entanto, essa verdade depara-se com o impossível, tendo em vista a dificuldade em simbolizar, ou seja, em face do encontro com o real, as palavras falham, escoam, rasgam a superfície linguística. Por isso, para a autora (2022, p. 2), o semblante deve ser considerado como “uma versão possível do enquadramento do real, e não o tomar como expressão absoluta da verdade”.

Podemos dizer que abordar o conceito de Lituraterra, enquanto trabalho material com as palavras, consiste em reconhecer um sujeito constituído na e pela linguagem, interpelado pela ideologia, dividido e submetido tanto ao inconsciente quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam. Isso significa que a categoria de sujeito, em AD, decorre de um processo de interpelação em que, afetado pelo inconsciente, o indivíduo é chamado pela ideologia para que possa significar a si e ao mundo, fornecendo “a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas” (Pêcheux, 2009b, p. 149). Assim, não tratamos do sujeito empiricamente, mas do posicionamento ideológico que ele assume nas formações discursivas vigentes.

É esse sujeito que consegue mexer e subverter a ordem significante. Como podemos observar em um dos textos publicados pelo coletivo em homenagem ao Dia da Mulher.

Imagem 5: Texto poético do coletivo



Fonte: Tucuju (06 mar. 2023).

² Gratidão à professora Luciene Jung de Campos por compartilhar o texto de Lacan e nos apresentar o conceito de Lituraterra.

Imagem 6: Texto poético do coletivo



Fonte: Tucuju (06 mar. 2023).

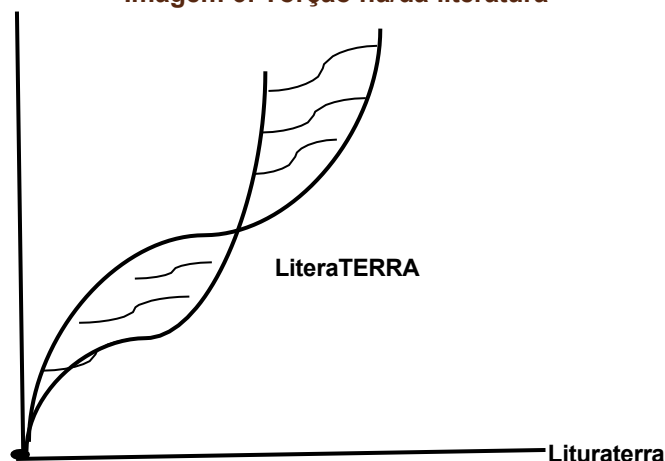
Como podemos ler, a autora enuncia comparando-se com a natureza e seus fenômenos, buscando a sobrevivência na árvore sagrada “Samaúma”, a força no encontro das águas da “pororoca” e a vida que se renova na “piracema”, mas não são quaisquer palavras nem qualquer natureza que se linearizam. Os significantes mobilizados pela autora são originários do Tupi e somente podem ser conhecidos em sua força e plenitude pela vivência, pela relação íntima com a natureza, pela observação de seu acontecimento. Esses significados são mobilizados para significar sua vida e luta enquanto mulher, mulher-árvore, mulher-água, mulher-cardume. Esses elementos e essas metáforas não são encontrados em qualquer escrita, ou seja, não é qualquer escrita que faz essa torção³ nos significados, é preciso o cruzamento⁴ entre a Litteraterra e a LiteraTERRA.

Torção aqui entendida conforme conceitua Leandro Ferreira (2013, p. 130), quando diz que “é a torção da memória que faz com que ao ser acionada outros sentidos sejam esquecidos e sejam esquecidos para que outros sejam lembrados. Essa condição de poder passar do possível ao impossível, do visível ao invisível”. É então pela torção da literatura clássica, branca, europeia, do colonizador, identificada como “propriamente dita” e “sistema de obras ligadas por denominadores comuns” (Candido, 2007, p. 25), que se materializam outras literaturas, como a literatura indígena ou LiteraTERRA.

³ Gratidão à professora Solange Mittmann por sugerir o conceito de torção para pensarmos sobre a literatura indígena.

⁴ Courtine (2009) propõe que o discurso se faz no cruzamento entre os níveis do interdiscurso e do intradiscurso; reinterpretamos, portanto, essa proposição para propor a relação entre escrita e escritura.

Imagem 6: Torção na/da literatura



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por esse viés, propomos associar a LiteraTERRA e a Lituraterra aos processos de constituição e formulação de sentidos. A LiteraTERRA, enquanto marca de uma cosmovisão e de uma relação específica com a terra, o corpo e as vivências, pode ser pensada em relação à constituição dos sentidos, isto é, ao domínio do interdiscurso e da memória discursiva, onde se inscrevem os já-ditos que sustentam o dizer. Trata-se, portanto, da dimensão vertical dos sentidos, vinculada à exterioridade e às condições históricas de produção. LiteraTERRA também está associada ao eixo da formulação; no entanto, nesse eixo, o funcionamento da Lituraterra se sobrepõe, tendo em vista que o trabalho com o significativo produz rasgos, deslocamentos e torções na superfície linguística, fazendo emergir sentidos (in)esperados, mas que também materializam saberes ancestrais já-ditos. Trata-se de um funcionamento articulado, e é nesse entrecruzamento que se produz a escrita das mulheres indígenas, em que memória, corpo, terra e linguagem se inscrevem simultaneamente.

Para melhor compreender a respeito, mobilizamos algumas definições de literatura para os povos originários:

Essa consciência em torno da ancestralidade faz da literatura indígena um exercício do pensamento que pode ser revelado na feitura de um colar, de uma esteira e dos utensílios extraídos do barro; na textura da floresta, na plumagem e canto dos pássaros; no coaxar dos sapos, anunciando a chuva; na convivência com os animais domésticos; na água, no ar e outros elementos da natureza. Estes são alguns aspectos que compõem a especificidade da literatura indígena (Graúna, 2014, p. 53).

Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismo e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários (Hakiy, 2018, p. 38).

A literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade e espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade (Kambebe, 2018, p. 40).

A literatura indígena é a expressão máxima da espiritualidade sufocada. Deixemos as mulheres indígenas falarem. Que elas criem suas organizações dentro de suas próprias casas e façam delas verdadeiras porta-vozes da cultura oral, da expressão escrita, perpetuando assim o seu útero, na defesa da existência humana, na defesa de sua ética e de seus direitos verdadeiramente indígenas (Potiguara, 2020, p. 203).

Essas definições revelam como a ancestralidade está presente no fazer literário indígena, levando-nos a compreender que a literatura indígena se articula ao passado para reverenciá-lo e preservá-lo, bem como está atrelada ao cotidiano e aos elementos mais simples e sensíveis, como a “plumagem dos pássaros” ou “os sons da floresta”. Sensibilidade esta que não se confunde com fragilidade, como expressa o último trecho citado, pois a literatura indígena, e especificamente a de mulheres indígenas, tem se materializado como manifestos de resistência às históricas intempéries.

Eis, portanto, a escrita de enfrentamento e os sentidos de resistência, escrita com potência transformadora, que desacomoda e nos interpela a ver o mundo com um outro olhar.

Algumas considerações

Ao longo deste trabalho, buscamos discutir a escrita de mulheres indígenas como prática discursiva de enfrentamento, resistência e reexistência, analisando produções do coletivo Mulherio das Letras Indígenas à luz dos pressupostos da Análise do Discurso materialista. Para isso, mobilizamos o conceito de escritura de Indursky (2009) e consideramos os saberes anteriores, a historicidade, como elementos constitutivos da autoria nas produções aqui selecionadas.

As análises realizadas permitiram observar que a escrita de autoria das mulheres indígenas se inscreve em uma formação discursiva antagônica aos saberes coloniais e eurocêntricos que historicamente regulavam o que podia ou não ser dito sobre os povos originários e, de modo ainda mais incisivo, sobre as mulheres indígenas. Trata-se de uma escrita que rompe com o silenciamento, marca território na literatura e afirma outros modos de existir, narrar e significar o mundo, em que corpo, terra, espiritualidade e ancestralidade não se separam.

Sobre essa escrita, podemos nos voltar às palavras de Eliane Potiguara (2024, p. 90): “Mulheres que contam suas vivências e transvivências por meio de seus poemas e de depoimentos sem fim. Nos tempos atuais, mulheres poetisas estão a desembainhar suas espadas poéticas”. Assim, a escrita de enfrentamento das mulheres indígenas não apenas denuncia violências históricas e contemporâneas, mas também materializa saberes ancestrais e a cosmovisão dos povos originários. A palavra funciona como “espada poética”, gesto político.

A articulação entre LiteraTERRA e Lituraterra mostrou-se produtiva para compreender como essa escrita mobiliza, simultaneamente, a exterioridade histórica dos sentidos e o trabalho material com a linguagem, promovendo torções na literatura canônica e desestabilizando sentidos estabilizados. Não se trata apenas de inserir vozes indígenas no campo literário, mas de tensionar os próprios critérios de legitimação da literatura, do saber e da autoria.

Fontes

- MULHERIO DAS LETRAS INDÍGENAS. Publicação no Instagram. @mulheriodasletrasindigenas. 05 abr. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CSYy>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- MULHERIO DAS LETRAS INDÍGENAS. Publicação no Instagram. @mulheriodasletrasindigenas. 06 abr. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aQjC>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- MULHERIO DAS LETRAS INDÍGENAS. Publicação no Instagram. @mulheriodasletrasindigenas. 08 abr. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vDex>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- ONU. Mulheres estimulam produção literária e preservação das línguas indígenas. *ONU Mulheres Brasil*. 05 maio 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ToNk>. Acesso em: 01 jul. 2026.
- POTIGUARA, Kelly. A poética de resistência da mulher indígena. @mulheriodasletrasindigenas. 22 abr. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AnqV>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- TUCUJU, Lucia Morais. A poética da mulher indígena. @mulheriodasletrasindigenas. 06 mar. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NNZt>. Acesso em: 27 jul. 2026.

Referências

- BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Vega, 1992, p. 29-87.
- GALLO, Solange. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? *Linguagem em (Dis)curso*, v. 1, n. 2, p. 61-70, jan./jun. 2001.
- GRAÚNA, Graça. Literatura: diversidade étnica e outras questões indígenas. *Todas as Musas*, v 5, n. 2, p. 52-57, 2014.
- HAKIY, Tiago. Literatura indígena: a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie et al. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea*: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 37-38.
- INDURSKY, Freda. A escrita à luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria Gomes Conceição (Orgs.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 117-131.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 300-317.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie et al. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea*: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 39-44.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LACAN, Jacques. Litraterria. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 15-25.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arte e sujeito na tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 127-140.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007, p. 49-57.
- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009a, p. 269-281.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009b.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

POTIGUARA, Eliane. Literatura ameríndia de autoria feminina. In: SCHNEIDER, Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p. 200-201.

POTIGUARA, Eliane. *Questão indígena brasileira: visto minha própria pele sem medo*. São Paulo: Cultura, 2024.

RUBIÃO, Laura. O semblante e sua ruptura: as nuvens em Lituraterra. *Revista Derivas Analíticas*, v. 1, n. 18, p. 1-4, 2022.

TAYASSU, Catitu. Mulheres indígenas, mulheres ameríndias. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Editora da UFGD, 2019, p. 536-540.